



Covas defende Cabral, que admite ter sido pressionado mas nega tentativa de suborno.

Cabral nega suborno, mas admite pressões

AGÊNCIA ESTADO

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, contestou ontem em Brasília, energeticamente, a informação de que teria sofrido tentativa de suborno pela Souza Cruz e R.J. Reynolds, companhias que dividem o mercado de cigarros do País. No plenário da Constituinte houve um raro momento de unidade: parlamentares de todas as tendências manifestaram solidariedade ao relator. Em São Paulo, a direção da Souza Cruz divulgou nota de esclarecimento considerando lamentável uma declaração atribuída a Cabral, de que a empresa está pressionando os constituintes em defesa de seus interesses.

Logo pela manhã, o deputado procurou os jornalistas afirmando que houve uma confusão no noticiário publicado pelo *Correio Brasileiro* na véspera sobre um encontro seu com representantes do setor publicitário. Na sessão da Constituinte, Cabral reiterou sua versão dos fatos. Ele foi procurado pelos publicitários, que reivindicaram a revogação do parágrafo único do artigo 404 de seu

substitutivo. O parágrafo proíbe a propaganda comercial de "medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, agrotóxicos e bebidas alcoólicas".

Ao reconstituir a conversa, Bernardo Cabral revelou que deixou claro aos publicitários que vinha se negando a receber representantes dos setores de fumo e bebidas alcoólicas porque não pretende retirar o dispositivo de seu substitutivo. "Se quiserem tirá-lo", acrescentou, "arranjem um constituinte que apresente uma emenda supressiva e depois requeira destaque na hora da votação". Em seguida, observou: "Se o relator da Comissão de Sistematização não fosse um homem sério, a esta altura já poderia estar rico".

"A partir daí é que houve toda a distorção", disse ontem Cabral, lembrando ainda que, durante a conversa com os publicitários, admitiu que há um jogo de interesses muito grande na Constituinte. Afirmou ainda aos publicitários que entendia sua reivindicação, mas que não admitia lobby e que jamais recebera qualquer interferência do setor de tabaco, citando de passagem os nomes das companhias Souza Cruz e R.J.

Reynolds por serem as que dominam o mercado nesse segmento.

A nota da Souza Cruz considera a declaração do relator "um infeliz equívoco", mas destaca que "o deputado Bernardo Cabral merece o respeito público pela seriedade com que exerce a atividade parlamentar e por sua conduta pessoal sempre pautada por padrão moral mais elevado". A empresa considera o caso encerrado.

No plenário da Constituinte, 18 integrantes de nove partidos discursaram em defesa do relator da Sistematização. Falaram desde José Genoíno e Eduardo Jorge, do PT, até Cunha Bueno, do PDS, Roberto Cardoso Alves, do PMDB, e José Maria Eymael, do PDC. O líder peemedebista Mário Covas também fez questão de "reiterar total apoio ao relator".

Em seu pronunciamento, o líder do PDS, Amaral Neto, aprovou para contestar Eduardo Jorge, do PT, que defendeu a legitimidade apenas da pressão dos grupos populares na Constituinte. Para Amaral Neto, "o Congresso não pode abrir suas portas como se fosse uma casa de tolerância. Não podemos voltar sob pressão e até sob risco de vida".

Hoje, a homenagem ao relator

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), fará um discurso liberalizante hoje, em São Paulo, ao ser homenageado por desembargadores, promotores, juizes e advogados, em solenidade a ser realizada às 20 horas nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Antes, às 14h30, o deputado amazonense dará entrevista aos jornalistas, no prédio 150 da rua Taguá — onde funciona a FMU —, devendo abrir o jogo, embora parcialmente, sobre o seu substitutivo. Em seguida, acompanhado do diretor-presidente da instituição, Edevaldo Alves da Silva, Cabral visitará o Poder Judiciário: Tribunal de Justiça, Associação Paulista

do Ministério Público, Procuradoria-geral de Justiça e Justiça Federal. Cerca de 300 representantes dos Judiciário participarão da homenagem ao relator da Constituinte, além de sete governadores, oito ministros, deputados, senadores e secretários estaduais e municipais. Cabral terá também encontro com o prefeito Jânio Quadros, no Ibirapuera.

A homenagem a Cabral é uma iniciativa da congregação da FMU, devendo o relator receber das mãos de representantes da Justiça as reivindicações da categoria, que pede entre outras coisas, autonomia financeira para o Judiciário, a manutenção do STF e TFR e a criação de tribunais regionais para julgar as

causas da Justiça Federal em segunda instância. Bernardo Cabral antecipará à imprensa, na entrevista coletiva, a parte essencial do seu discurso, pois os organizadores do encontro esperam que o deputado reafirme em São Paulo sua convicção liberal, defensor de uma política antiestatizante e anti-socializante. Depois do discurso de saudação de Edevaldo Alves da Silva, o comando dos trabalhos será entregue ao deputado Ulysses Guimarães. Os sete governadores que confirmaram sua presença são todos do PMDB, mas a relação inclui ministros do PFL. O presidente José Sarney será representado pelo ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Monarquistas levam emenda para plebiscito

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Líderes monarquistas estiveram em Brasília para entregar ao presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, Afonso Arinos, emenda popular, com mais de 30 mil assinaturas, determinando que, a 15 de novembro de 1993, o eleitorado defina, através de plebiscito, qual o regime de governo adequado para o País: republicano presidencialista, republicano parlamentarista ou monarquia parlamentarista.

Felenon Ribeiro, do Círculo Monárquico Pedro Henrique de Orleans e Bragança, e Bruno Macedo de Carvalho, do Círculo Monárquico de São Paulo, e Aldo Campagnola, do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul, acompanhados do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), visitaram os líderes de partidos na Constituinte.

Em seu parágrafo único, a emenda estabelece que "será assegurada, gratuitamente, a livre divulgação dos sistemas de governo, através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público, na forma que a lei determinar".

O secretário-geral do Ibem, Aldo Borges Campagnola, lamentou que o povo, "principal interessado na ação governamental jamais tenha sido ouvido sobre o sistema de governo que seria mais adequado para o nosso país". Segundo ele, o grupo de monarquistas quer que o povo não só seja ouvido através do plebiscito, mas também esclarecido sobre as vantagens e desvantagens de cada sistema de governo. "Exemplos de estabilidade, liberdade e democracia não faltam", comentou. "Entre outros, Suécia, Dinamarca, Holanda, Espanha." Ele lembrou ainda que república não é sinônimo de democracia e as Repúblicas da América Latina "certamente não o são".

Caiado denuncia manobra para impedir debate

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A existência de informações plantadas por pessoas interessadas em conturbar o exame dos itens da Constituinte relativos à reforma agrária foi denunciada ontem por Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista. De acordo com essas falsas informações, os integrantes da UDR teriam concordado com a proposta da imissão imediata de posse ao Incra e, caso a Justiça concluísse que a desapropriação foi indevida, o Estado ficaria obrigado a fazer o pagamento em dinheiro.

Ontem, ao chegar a Brasília, Ronaldo Caiado observou que "a UDR e a classe produtora rural brasileira nunca autorizaram ninguém a negociar princípios, como o direito de o produtor rural recorrer ao Poder Judiciário contra as agressões do Executivo, do Mirad e do Incra. As informações de que representantes da UDR aceitariam a imissão imediata de posse ao Incra, são inverídicas. A esquerda de boutique, dos 'Tin Brothers', está fazendo o jogo na Constituinte para que a imissão de posse seja dada imediatamente ao Incra, para eles poderem continuar come-

tendo os absurdos e as agressões contra os produtores rurais. E graças ao direito do cidadão de recorrer ao Poder Judiciário que nós estamos conseguindo liminares e despachos, anulando tais arbitrariedades e retornando a propriedade ao seu legítimo dono".

Ronaldo Caiado frisou que o proprietário rural ficará na dependência e nas mãos "menos honradas destes homens que nunca trabalharam e nunca produziram riquezas neste país. Não estamos com as nossas propriedades à venda. Não nos interessa que o governo nos acene com pagamento à vista, caso tenhamos o parecer favorável do Poder Judiciário. Queremos que seja mantido neste país e na nova constituição o respeito à propriedade produtiva. Estamos cansados da ingerência de tecnocratas, de falsos democratas e também do 'arquívado-mor' da República, Sepúlveda Pertence, e do Executivo, apoiando essa medida de desrespeito à classe rural, quando toda livre iniciativa aguarda uma Constituição moderna, atual, liberal e democrática, em que os poderes e os direitos dos cidadãos são ampliados. Vamos que esta medida, a posse imediata do Incra, é o radicalismo e o avanço da estatização na nova Carta Magna".